



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**85ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

1
2
3 A Octogésima Quinta Reunião do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Auditório
4 da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Avenida Borges de Medeiros,
5 261, 15º andar - Porto Alegre - RS, no dia onze de maio do ano de dois mil e dezesseis,
6 às quatorze horas. Compareceram os Conselheiros: Maria Patrícia Mollmam – SEMA –
7 Presidência; Pedro A. Dall Acqua – SOP – Vice-presidência; Margareth Vasata Macchi
8 Silva – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional – representante; Julce
9 Clara da Silva – Secretaria da Saúde – representante; Fabrício Dutra – Secretaria de
10 Minas e Energia – representante; Álvaro Rodrigo da Silva – Secretaria do
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – representante; Comitê Passo
12 Fundo: Claudir Luiz Alves - titular; Comitê Tramandaí: Dilton de Castro - titular; Comitê
13 Camaquã: Renato Zenker - titular; Comitê Taquari Antas: Julio Salecker - titular; Comitê
14 Baixo Jacuí: Mário Damé – titular; Comitê Turvo: Marco P. Scherer – titular; Comitê
15 Lagoa Mirim: André Oliveira – titular. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura, Pecuária e
16 Irrigação; Secretaria dos Transportes e Mobilidade; Casa Civil; Sistema Nacional de Meio
17 Ambiente; Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais Presentes:** Sérgio Cardoso -
18 Comitê Gravataí; Roberto D. Carvalho – Comitê Santa Maria; Luciane Ribeiro – SEMA;
19 Marcela Nectoux – Sala de Situação; Cátia Valente – Sala de Situação; Antônio Valente –
20 FURG; Fernando Lopes – Sala de Situação; Marcos Massari – SOMAR; Edison Arnt –
21 AGDI; Luciano Alegre – Comitê Butuí-Icamaquã; Henrique Kotzian – Perfil; Carlos Bortoli
22 – Perfil; Mariângela Cerveri – SES; Tiago Corrêa – Comitê Tramandaí; Viviane Cortellete
23 – SME; Ubirajara Simon – SDR; Carlos Gabriel Nunes – SDR; Alexandre Swarowsky –
24 Comitê Vacacaí; Scheila Hollveg – Comitê Vacacaí; Iuri Liu – SEFAZ/RS; Juliana Young
25 – Comitê Camaquã; Eldo Costa – Comitê Santa Maria; Rafael Eckert – SEMA; Rejane
26 Silva – SEMA; Cícero Zorzi – SEMA; Carmem Silva – SEMA; Lara de Paula – SEMA. A
27 presidente Secretária Maria Patrícia saúda a todos e dá início à reunião. **Comunicações**
28 **- Item “a” - Proposta de Anteprojeto de Lei:** A presidente Maria Patrícia começa
29 relatando que a partir da moção que foi publicada, se considerou fazer um
30 encaminhamento de um novo Projeto de Lei específico, daquele e-mail que foi
31 encaminhado aos conselheiros do CRH, que será remetido para Casa Civil, junto com a
32 moção, para que se inicie uma nova tramitação do Plano de Recursos Hídricos ser
33 aprovada por resolução deste conselho, que foi a alteração de dois artigos na lei de
34 recurso hídricos que fazem referencia as aprovações e as competências desse conselho.
35 **Comunicações - Item “b” - Apresentação do TR para solicitação de Outorga de**
36 **rebaixamento de lençol freático construído pela CTAS:** Tiago de Vargas, presidente
37 da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS fez a apresentação e diz que esse
38 termo foi feito em cima do atual, e foi montado um grupo de trabalho, onde tinham
39 profissionais do DRH, da FEPAM, da UFRGS, e do Serviço Geológico e também da
40 iniciativa privada. Mostra o atual e o que é sugerido, que seria o termo de referência. O
41 Diretor do DRH Fernando Meirelles sugere copiar as coordenadas do SIOUT. Tiago de
42 Vargas fala que, com relação à Carta do Exército, levará a sugestão para a próxima
43 reunião do Grupo de Trabalho. A Presidente Maria Patrícia e Fernando Meirelles dizem
44 que isso deve ser decidido em reunião do CRH e colocado em pauta. Júlio Salecker,
45 Presidente do Comitê Taquari-Antas pergunta se foi a Câmara Técnica de Águas
46 Subterrâneas quem fez a minuta, Tiago responde que a CTAS criou um grupo de
47 trabalho com pessoas externas à ela, mas a Câmara teve participação. Fernando
48 Meirelles fala que o DRH tem demandado dessa Câmara Técnica porque há problemas
49 para resolver com as águas subterrâneas e se quer ter uma outorga segura da água
50 subterrânea, e que além dessa questão do rebaixamento do lençol freático, foi pedido
51 para a Câmara a questão da outorga dos poços escavados de pequenos diâmetros,
52 conhecidos como Poço tipo Ponteira, que tem muito na Bacia dos Sinos, por exemplo, e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

53 existe uma Resolução que diz que só pode outorga-los no Litoral, e que estão impedindo
54 de outorgar esses poços de pequeno diâmetro por falta de orientação, e esse assunto
55 será mostrado na reunião da CTAS, para normalizar a situação. **Assuntos Gerais – Item**
56 **“a”- Relatos do Siout:** Transferida para a próxima reunião do CRH. **Assuntos Gerais -**
57 **Item “b”- Sala de Situação:** Marcos Massari, Diretor da Somar Meteorologia, começa a
58 apresentação, sobre o Siout, dizendo que a Sala de Situação teve início em 2013,
59 quando foi assinado um contrato com a ANA – Agência Nacional Águas, e partir de
60 Janeiro de 2016, através de uma licitação pública a Somar começou a operação da Sala,
61 que tem como objetivo monitorar, prever e mapear todos os eventos hidrológicos do Rio
62 Grande do Sul. Fala que a Sala, localizada no 12º andar da SEMA, conta com uma
63 equipe formada, com Fernando Lopes e Cátia Valente, que são meteorologistas, e
64 Marcela Nectoux, hidróloga; Todas as estações meteorológicas e hidrológicas do estado
65 que hoje somam 211 estações, caem no banco de dados na Sala de Situação, e partir
66 desse banco de dados se alimenta o sistema de visualização; O modelo que se usa na
67 Sala de Situação é WRF, um modelo tipo Linux; O Sistema de Visualização não é uma
68 plataforma aberta ao público, somente os operadores da sala podem acessar, inclusive
69 em casa, a ideia é que quando nos plantões estão fora da sala, também se mantém o
70 monitoramento 24 horas; Além do modelo atmosférico o contrato prevê a implantação do
71 modelo hidrológico, um modelo do IPH; A Sala de Situação tem dois boletins diários, um
72 matutino e outro vespertino, com o formato do Boletim da Defesa Civil do Estado, e tem
73 também um boletim semanal, com ênfase para as bacias; O Boletim atende diretamente
74 a Defesa Civil do Estado, mas está sendo implantado um portal, que esta aprovado,
75 apenas aguardando a PROCERGS, onde o usuário final terá acesso aos boletins, aos
76 bancos de dados e estudos de caso; O endereço do Portal é:
77 www.saladesituacao.rs.gov.br; Marcos Massari termina sua apresentação agradecendo a
78 todos e a equipe da Sema pelo apoio ao trabalho, agradece a ajuda do Cícero Zorzi,
79 Elaine Santos, Sérgio Ferreira, e do Diretor Fernando Meirelles. Marco Müller, do Comitê
80 Sinos e Coordenador da Defesa Civil de Portão, fala que a Defesa Civil de Portão recebia
81 os boletins diários da Sala de Situação, porém a partir de Janeiro não recebe mais,
82 ressalta que isso não é uma crítica, mas um relato. Cícero Zorzi, chefe da Divisão de
83 Planejamento do DRH, diz que, em relação aos boletins diários, a Defesa Civil Estadual
84 optou pelo recebimento no Comando e eles iriam fazer a distribuição aos seus
85 coordenadores regionais. Diretor Fernando Meirelles diz que foi decidido que o
86 fornecimento das informações seria feito para a Defesa Civil do Estado, que é a
87 Coordenadora, e ela que deve fazer a redistribuição. **Item 1. Aprovação da Ata da 84ª**
88 **Reunião Ordinária CRH/RS:** Ata aprovada por unanimidade. **Item 2. Expediente**
89 **Administrativo Nº 16/0500-0000629-0 - Dispensa exclusivamente para fins de**
90 **financiamento e licenciamento ambiental a necessidade de outorga do direito de**
91 **uso de água de dessedentação animal para o ano de 2016 – Ad Referendum:**
92 Aprovado por unanimidade. **Item 3. Relatório PROGESTÃO 2015:** Diretor Fernando
93 Meirelles fala que devido ao fato de o Rio Grande do Sul ter assinado o contrato com o
94 PROGESTÃO (Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas) da
95 ANA, se recebeu um recurso para melhorar a capacidade de gestão dos recursos
96 hídricos, e a cada ano tem que ser apresentado um relatório para a Agência Nacional de
97 Águas e esse relatório tem que ser aprovado pelo Conselho, essa é uma decisão da
98 ANA, que tem hoje com todos os 27 estados brasileiros um contrato assinado. O recurso
99 é de R\$ 750 mil (por ano), em cinco parcelas, que será recebido de acordo com o
100 cumprimento das metas. O Estado está na Classe B, com uma complexidade de
101 processo de gestão média e uma estrutura organizacional intermediária que já tinha sido
102 decidido anteriormente na assinatura do contrato. O primeiro desembolso foi em 2013 e
103 do segundo ao quinto desembolso será apresentado o relatório do que foi feito junto à
104 ANA, repassando assim o recurso, se aprovado. O programa tem as metas federativas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

105 que são pré-definidas pela ANA, e as metas de fortalecimento são definidas pelo próprio
106 Conselho Estadual. Fernando Meirelles diz ainda que a Sema segue um Planejamento
107 Estratégico que tem indicadores acertados com a Secretaria Geral do Governo, e que vai
108 ser cumprido. Fernando faz um relato sobre as metas existentes (RESOLUÇÃO Nº 134,
109 13 de novembro de 2013) e diz que das dez metas (II.2 -Variáveis Legais, Institucionais e
110 de Articulação Social) estabelecidas, a Sema só não cumpriu uma meta, a Capacitação
111 Setorial, e diz que isso é algo que tem que ser melhorado, e que a Sema já tem duas
112 pessoas indo participar junto à ANA, que são a Patrícia e a Carolina Torquatto, para
113 preparar um Plano de Capacitação e Gestão de Recursos Hídricos. Com relação às
114 metas II.3 eram oito variáveis e foram atingidas sete, nas metas II.4 eram seis variáveis e
115 foram atingidas cinco, e na última variável, não foi atingido o obrigatório, que era a
116 questão de outorga. Fernando completa dizendo que não receberão todos os 750 mil, por
117 não cumprirem aquela meta, agora a ANA fará uma avaliação do que será apresentado
118 pela Sema, e fala que hoje o problema do PROGESTÃO é que os estados não estão
119 gastando os recursos e eles querem lançar o PROGESTÃO 2, e deve-se gastar o recurso
120 para que a ANA tenha porque aprovar um repasse maior, e que já foi colocado como
121 prioridade gastar esse recurso, e diz que a FEPAM fez uma solicitação para
122 equipamentos e reagentes do laboratório para retomar o processo de monitoramento,
123 que será encaminhado para a divisão. Dilton de Castro, Presidente do Comitê
124 Tramandaí, diz que eles tiveram reunião do Fórum, e ficaram com dúvidas sobre a
125 aplicação do recurso e um dos pontos que gostaria de reforçar é a questão do
126 monitoramento da qualidade da água, e que justamente foi a variável não cumprida, e
127 questiona se o recurso vem para aplicação nestes itens ou vai para o DRH aplicar na
128 gestão geral, onde estariam contemplados capacitações, monitoramento, etc? Dilton
129 completa, dizendo que outra sugestão, em relação à capacitação, seria destinar aos
130 comitês recurso para capacitações gerais, convênios, gerenciamento e mediações de
131 conflitos. Diretor Fernando responde que com o SIOUT se verá os conflitos, e conforme
132 tiver a demanda e sugerir a pauta, não há nenhum problema de apoiar financeiramente
133 com o PROGESTÃO, o DRH vai gastar o recurso dentro da lógica do PROGESTÃO,
134 deve-se atingir as metas, ter o sistema funcionando, e o monitoramento está sendo
135 discutido com a Coordenação da Fepam, a questão de retomada da rede, os R\$250 mil
136 que a Fepam solicitou foi dentro dessa nova abordagem, a Fepam quer utilizar o recurso
137 para atender a meta do monitoramento. Foi colocado em votação e foi aprovado o
138 formulário de autoavaliação das metas de gestão das águas no âmbito do SERH
139 referente ao período de certificação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de
140 Gestão das Águas – Progestão - ano 2015 - SPI 10778-0500/13-3. **Item 4. Proposta de**
141 **Enquadramento das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria:**
142 Henrique Kotzian começa falando que o Plano foi contratado no final de 2013, com
143 duração de 24 meses e depois aditado mais 4 meses, com total de 28 meses, e terminou
144 no mês passado. Diz que a forma como foi conduzida esse processo, é um padrão do
145 DRH, que contrata uma empresa de consultoria, e essa empresa trabalha com
146 acompanhamento de uma comissão, CA - Comissão de Acompanhamento, que é
147 composta pelo Comitê, Fepam, e DRH. O plano é com fase A,B e C. Fase A: Diagnóstico,
148 Fase B: Enquadramento, Fase C, três assuntos: Programa de Ações, Outorga e
149 Cobrança. Henrique faz uma apresentação sobre a Bacia do Rio Santa Maria, que é
150 integrada por sete municípios, fica na Região Sudoeste do Estado e é afluente do Rio
151 Ibicuí, mostrando dados contidos na Revista do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do
152 Rio Santa Maria. Fernando Meirelles diz que quando perguntaram pra ele qual
153 enquadramento que tinha sido bem feito no Estado, ele respondeu que achava que não
154 havia nenhum, fala que devido à maneira como se encaminha os enquadramentos aqui,
155 que se baseia em poucos parâmetros, com poucos pontos amostrais, sem uma análise
156 da representatividade desses pontos, muitas vezes, não se faz escolha dos parâmetros



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

157 de enquadramento de acordo com os usos pretendidos, não se avalia agrotóxicos, não se
158 avalia vários parâmetros que estão vinculados aos usos da profundidade que se deveria
159 avaliar, no seu ponto de vista. Diz ainda que será alterado o termo de referência dos
160 novos planos para que se tenha uma vinculação mais forte, entre a proposta de
161 enquadramento, o plano de ação, o pacto social, e o custo desse enquadramento,
162 inclusive deixando que os parâmetros que foram utilizados para fazer as análises sejam
163 discutidos e definidos depois dos diagnósticos dos usos, para que haja uma coerência
164 entre o parâmetro e o uso, e completa dizendo que, muitas vezes, devido à problemas de
165 prazo e custo das amostras, as amostragens acabam não sendo plenamente suficientes
166 para fazer o processo de enquadramento, principalmente em relação à agroquímicos.
167 Henrique diz que esse processo é um dos mais maduros, e que está havendo uma
168 evolução, que a Fepam acompanhou de perto o enquadramento, e o Comitê foi
169 conservador nas suas definições, no sentido de manter o que tinha antes e não mexer,
170 que o Plano não é o ideal, mas é o primeiro passo, e finaliza dizendo que o Plano foi bem
171 produtivo e bem consistente, um processo que vai melhorando a cada plano, no âmbito
172 do DRH. Henrique Kotzian esses Planos de Bacias são insuficientes para chegarmos ao
173 enquadramento real das águas, e que é importante buscarmos as informações reais que
174 se tem no campo, para se chegar à qualificação da água. Eldo Frantz, vice-presidente do
175 Comitê Santa Maria, diz que em 2005 quando foi aprovado neste Plenário CRH, o
176 Primeiro Enquadramento da Bacia do Santa Maria, tinha um grande acordo, entre o DRH,
177 Fepam, a Universidade de Santa Maria e o Comitê, de se fazer monitoramentos em vinte
178 pontos da bacia e em oito deles estrategicamente situados de agrotóxicos, dos vinte
179 pontos gerou-se dez pontos, que foram à base da atualização do enquadramento. Eldo
180 fala que se terminou por descobrir que a análise de substrato exige um equipamento
181 complicado, e se entrou no chamado programa (ou plano) nacional de monitoramento de
182 agrotóxico em águas de terras baixas, que é um programa que a EMBRAPA está
183 desenvolvendo, e pediu para incluir a bacia do Santa Maria, que aceitou, e será 63 ou 64
184 amostragens durante duas safras, já foi feita a primeira campanha, a segunda campanha
185 ainda não foi feita, onde vão ser pesquisados na água, e a partir daí se descobriu que o
186 equipamento é muito caro, a EMBRAPA até pode disponibilizar, mas existe uma logística
187 de transporte pra se chegar à Bacia do Santa Maria, então será no município de Dom
188 Pedrito, que tem a maior área agricultável e maior rebanho pecuário da Bacia, onde tem
189 as unidades de gestão com maior concentração de outorgas e por consequência maior
190 uso de agrotóxicos, e serão feitos exatamente nos períodos que se estão usando
191 princípios ativos, que o comitê junto com a EMBRAPA, baseado na realidade atual,
192 definiu, para desenvolver ao longo desta próxima safra, as novas amostragens. Disse
193 que estão sendo pesquisados, neste trabalho, cento e dez princípios ativos e dois
194 metabólitos e que estes contemplam os produtos fitossanitários usados na agricultura, na
195 Bacia do rio Santa Maria. Eldo finaliza dizendo que era o que se podia fazer, e demonstra
196 total apoio para fazer algum programa de monitoramento, e para contemplar tem que ter
197 análise, mas a análise é cara. Eldo referiu que, em nome do Comitê Santa Maria, solicita
198 que assim que esteja definido o novo Termo de Referência a ser usado para instrução
199 dos Planos de Bacias, que a Bacia do rio Santa Maria seja contemplada,
200 preferencialmente como a primeira, para a adequação, pelo menos de seu
201 Enquadramento, aprovado momentos antes pelo Conselho, dado o questionamento e as
202 observações do Diretor do DRH em relação a este Instrumento de Planejamento,
203 componente dos Planos de Bacia e que também é demanda do Comitê, que o Plano
204 como um todo, seja refeito no que for necessário para adequação ao novo Termo de
205 Referência. A Resolução do enquadramento foi aprovada por unanimidade. **Item 5.**
206 **Proposta de Diretrizes de Outorga para a Bacia do Rio Santa Maria:** Patrícia
207 Cardoso, fala que no caso do enquadramento, a redação é chancelada pelo Órgão
208 Gestor da Qualidade, e no caso das Diretrizes Gerais para Outorga, a empresa subsidiou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

209 o DRH para uma versão, que a Chefe da Divisão de Outorga do DRH, Rejane Silva, fez a
210 avaliação e solicitou algumas alterações e complementações em relação aos trechos
211 hídricos, o comitê também havia solicitado essa alteração na última plenária do comitê,
212 pedindo maior detalhamento sobre os trechos iniciais e finais, e desenvolvidas as
213 alterações, o Henrique encaminhou a nova versão, inclusive com o mapa do balanço
214 hídrico subsidiando o comitê e divisão de outorga através dessa resolução. A minuta foi
215 aprovada por unanimidade. **Item 6. Homologação de Processos Eleitorais dos**
216 **Comitês de Bacias:** Carmem Silva, Secretaria Executiva Adjunta do CRH, diz que o
217 vice-presidente do comitê turvo, José Ferro, foi substituído por motivos de saúde, o
218 comitê fez a eleição de substituição, conforme o regimento interno, e então, o atual vice-
219 presidente é o Vladimir Fernando DallaCosta Ribas. Aprovada por unanimidade. **Item 7.**
220 **Solicitação do Comitê da Lagoa Mirim - Ofício CMSG nº 008/2016 para inclusão das**
221 **categorias Geração de Energia e Transporte Hidroviário Interior e, por conseguinte**
222 **a prorrogação do mandato da diretoria:** Carmem Silva fala que a gestão do Lagoa
223 Mirim termina em agosto, e eles querem alterar. André Oliveira, Presidente do Comitê
224 Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo, diz que exatamente pela transformação do perfil de
225 usos, pretende-se mexer nas categorias de usuários, e para tal não seria prudente fazer
226 essa modificação com a nova eleição ocorrendo, e então por sugestão, o comitê acatou a
227 possibilidade de prorrogação de prazo, para poder executar essa transformação, essa
228 negociação interna e estabelecer a inclusão de navegação e geração de energia e que a
229 Plenária aprovou 180 dias de prorrogação, a partir de agosto. Aprovado por maioria.
230 **Assuntos Gerais – CTAS:** Fernando Meirelles diz que dentro da Câmara Técnica de
231 Águas Subterrâneas teve uma demanda que foi de uma empresa chamada JUPER, que
232 questionou o termo de referencia em relação à segurança dos poços, ela apresentou um
233 equipamento, que segunda ela seria o único adequado para o selamento do poço, e a
234 CTAS entendeu que não, que o termo de referência, o que se é exigido, é suficiente para
235 a segurança dos poços. **Assuntos Gerais – Relatos da CTPA:** Tiago Corrêa,
236 presidente da CTPA (Câmara Técnica de Planejamento, Programação e
237 Acompanhamento do FRH/RS), traz uma solicitação feita na última reunião da CTPA, e
238 sugere ao CRH a inclusão da SEAPI (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação),
239 SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo) e a SSP (Secretaria de
240 Segurança Pública) juntamente à esta câmara técnica. Maria Patrícia diz que vai colocar
241 uma resolução em pauta para a próxima reunião do CRH. Tiago fala que receberam
242 retorno da Procuradoria Geral do Estado referente à consulta realizada, e falta retorno da
243 Secretaria da Fazenda, e o parecer virá após a resposta da SEFAZ. Tiago termina
244 dizendo que a CTPA solicitou que o CRH dê um parecer ao Governo, para que este
245 regulamente a lei referente a convênios. Maria Patrícia fala que a forma do CRH se
246 manifestar é através de moção, dizendo a urgência, da importância desse assunto e
247 sugere uma moção para a próxima reunião. **Assuntos Gerais – Apresentação do ZEE:**
248 Transferido para a próxima reunião do CRH. Sem mais assuntos a tratar, a Presidente
249 Maria Patricia Möllmann encerrou a reunião e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva,
250 Secretária Executiva Adjunta do CRH/RS lavro esta ata.